

CONVENÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Garibaldi Alves (à esq.) promulga o tratado internacional e ressalta que a causa dos direitos humanos não admite exceção nem transigência em seus princípios e valores

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência já está em vigor no Brasil. Ao promulgar ontem o

tratado, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, observou que a convenção confere reconhecimento universal à dignidade das

peças com deficiência. O ato foi elaborado com a participação de organizações de todo o mundo. **7**

Plenário destranca pauta e aprova 27 propostas

Depois de aprovar três medidas provisórias e rejeitar uma, liberando a pauta, senadores votam mais 24 projetos. Matérias tratam de concessões de terras na Amazônia e combate à pedofilia



Sessão do Plenário, que se estendeu até as 0h45, teve momentos de intenso debate em torno de matérias polêmicas

O projeto que causou maior polêmica é o que aumenta o limite da área concedida pela União para uso rural, sem licitação, na Amazônia Legal. Segundo a proposta aprovada, o limite passa de 500 hectares para até 1.500 hectares. Outras matérias votadas pelos senadores visam combater os crimes de informática (inclusive a ciberpirataria e a disseminação de vírus) e a prática da pedofilia. **4 e 5**

Comissão inicia reforma do Código de Processo Penal **6**

Debate: rádios piratas ameaçam controle de vôos **2**

Reativação de frota dos EUA preocupa senadores **2**

Congresso vota hoje as diretrizes para o Orçamento de 2009



Senador Delcídio Amaral (à esq.), relator do Orçamento, participa de reunião ao lado do deputado Mendes Ribeiro

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem deve ser votada hoje pelo Congresso, a partir das 12h30. Ontem, a Comissão Mista de Orçamento montou uma sugestão de calendário para a tramitação da proposta or-

çamentária de 2009, na qual projeta examinar o relatório final em 17 de dezembro. No dia 21 de dezembro, dois dias antes do início do recesso parlamentar, o parecer será encaminhado para votação final no Plenário do Congresso. **4**

Interferência de emissoras clandestinas nas comunicações entre pilotos e controladores é mais grave em São Paulo e Foz do Iguaçu, segundo debatedores de audiência pública

Rádio pirata põe em risco o controle de voo no Brasil

AUTORIDADES CONFIRMARAM, ONTEM, que as transmissões de rádio clandestinas atrapalham o controle de voo em aeroportos, especialmente em São Paulo e Foz do Iguaçu (PR). O debate foi promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, coronel-aviador Jeferson Ghisi Costa, informou que, até junho de 2008, a Aeronáutica registrou entre 60 e 90 ocorrências mensais de interferências de rádios piratas. Ele reproduziu gravações em que a conversa entre pilotos e controladores foram interrompidas por rádios clandestinas.

O presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp), Cezar Telles, narrou problemas na região de fronteira causados por rádios piratas em países vizinhos. Telles destacou que brasileiros se aproveitam da falta de fiscalização nos outros países e instalam rádios piratas, em sua maioria evangélicas, em terras estrangeiras.

– Todas têm excesso de modu-



Ronald, Everaldo, Marotta, Wellington Salgado, Ghisi, Aurélio e Oliveira

lação e frequência. Foz do Iguaçu, a exemplo de São Paulo, é uma bomba-relógio – afirmou.

O gerente-geral de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, José Joaquim de Oliveira, garantiu que as interferências diminuiriam neste ano. Ele admitiu que há interferências de rádios regulamentadas, só que nesses casos é mais fácil corrigir a irregularidade. E afirmou ainda que telefones sem fio de longa distância, não homologados no país, mas usados por fazendeiros, funcionam na faixa da Aeronáutica.

O gerente regional da Anatel em São Paulo, Everaldo Gomes Ferreira, sugeriu mudanças na lei para agravar a pena de quem

faz transmissões clandestinas de rádio que causem interferências em aeroportos.

O assessor da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão (Abert) Ronald Barbosa destacou que frequências de FM mais altas, onde há mais transmissões, ficam muito próximas da frequência da Aeronáutica. Também participaram do debate o especialista Marcus Ribeiro Manhães; a advogada Regiane Coimbra Cavalcanti, representante das emissoras legais; Marcos Tolentino, presidente da Rede Brasil de Televisão; José Roberto De Raphael, presidente-executivo da TV ShopTour; e o gerente da Anatel Yapur Marotta.

Preocupação com frota da Marinha americana

Quatro senadores manifestaram ontem ao embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, sua preocupação com a recriação da Quarta Frota da Marinha norte-americana, com atuação na América Latina. Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), João Pedro (PT-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF) pediram a Sobel que transmitisse aos dois candidatos às eleições presidenciais norte-americanas, Barack Obama e John McCain, suas reservas em relação à de-

cisão de final de mandato do presidente George W. Bush.

– A notícia de recriação dessa frota teve repercussão muito negativa no momento em que a situação é tão tranqüila na América Latina – disse Simon.

A Quarta Frota operou a partir de 1943, durante a Segunda Guerra Mundial. Ela foi desativada em 1950 e recriada neste ano. De acordo com o embaixador, a nova unidade da Marinha – com 120 integrantes em sua sede de Miami – seria destinada a ati-

vidades humanitárias, além da prevenção do narcotráfico.

Conforme Suplicy, os senadores lembraram a Sobel a atuação da Marinha dos Estados Unidos no período anterior ao golpe militar de 1964, quando navios americanos teriam permanecido junto à costa brasileira para o caso de haver uma reação à tomada do poder pelos militares.

Simon comentou ainda que há quem diga que a recriação da frota seria uma resposta às descobertas de petróleo no Brasil.

Aprovada a criação de estatal para desenvolver semicondutor

Projeto de lei de iniciativa do Executivo que autoriza a criação da empresa pública Centro de Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) foi aprovado ontem pelo Plenário. A proposta fora relatada pela manhã na CCT pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). A proposição (PLC 94/08), já acolhida pela Câmara dos Deputados, segue para sanção presidencial.

Pelo texto aprovado, caberá ao Ceitec o desenvolvimento de tecnologias nas áreas de semicondutores, microeletrônica e afins, mediante a produção e a comercialização desses dispositivos, a concessão de licenças ou de direitos de uso de marcas e patentes decorrentes de seus trabalhos, inclusive transferência de conhecimentos por ele gerados ou adquiridos.

Entre as finalidades do Ceitec estão ainda a prestação de consultoria e assistência técnica, e manutenção e realização de testes relacionados a instrumentos, equipamentos e produtos.

A empresa poderá atuar nas áreas de formação de recursos

humanos, por meio de intercâmbio com instituições de ensino superior e centros de excelência em pesquisa, com outros órgãos públicos ou empresas.

O Ceitec também atuará na promoção e suporte de empreendimentos inovadores nas áreas de *software* e *hardware*; fornecimento de informações mediante o estabelecimento de parcerias e constituição de redes de aperfeiçoamento tecnológico, de comercialização e de serviços; busca da disseminação de tecnologias alternativas; e realização de trabalhos integrados com instituições de pesquisa e desenvolvimento com outros órgãos da administração pública e com empresas privadas.

A nova instituição será vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e terá o capital integralizado pela União, inclusive por incorporação de bens móveis ou imóveis, e complementado sob a forma de participação acionária de pessoas jurídicas de direito público. A matéria, aprovada em regime de urgência, será agora examinada pelo Plenário do Senado.



Tuma diz que movimento teve a participação popular

Foto de Geraldo Magela

Tuma exalta as conquistas da Revolução de 32

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) comemorou em discurso os 76 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, ocasião em que, recordou, os paulistas exigiram a reconstitucionalização do país. Tuma lembrou que a reconquista do direito de voto se deu no semestre seguinte à rendição de São Paulo, e a ordem constitucional foi restituída um ano depois.

– É difícil dizer algo que ainda não tenha sido dito desta tribuna sobre a Revolução de 32, tamanha sua contribuição histórica. A primeira consequência foi a Constituição de 34 e, nesta, nasceu o voto feminino, entre outras conquistas populares.

Tuma discorda dos que vêem a Revolução Constitucionalista como movimento da “elite paulista”, pois, afirmou, teve origem popular e teve entre seus líderes parlamentares, radialistas, radioamadores, políticos e militares.

Ele citou o historiador Paulo Nogueira Filho, segundo o qual o ideal dos integrantes do movimento pode ser resumido em “um regime de democracia representativa, dentro da mais ampla autonomia federativa”.

CPI convoca ex-assessor parlamentar

A CPI da Pedofilia aprovou ontem a convocação de um ex-assessor parlamentar do Senado e ex-assessor do Banco Central acusado de utilizar a rede da Casa para divulgar mais de 3 mil imagens de pornografia infantil. Ele foi investigado pela Polícia Federal e pela Polícia Legislativa e denunciado pelo Ministério Público.

Também foi acolhida a reconvocação do membro da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima Alexander Ladislau, identificado pela Operação Arcanjo – deflagrada em junho pela PF em parceria com unidades policiais do estado – como possível integrante de rede de exploração de crianças e adolescentes. Ele não compareceu à convocação anterior da CPI. Silas Cabral, advogado de dois acusados de pertencer à rede de pedofilia, também foi convocado. Na operação, foram presos o procurador-geral do estado, Luciano Alves Queiroz, e o major da Polícia Militar Raimundo Ferreira Gomes, entre outros envolvidos.

A CPI aprovou ainda requerimento convidando o diretor-geral do MSN/Hotmail no Brasil, Osvaldo Barbosa de Oliveira, a participar de audiência pública na primeira semana após o recesso, em agosto, para prestar informações sobre o serviço de *e-mail* e comunicação instantânea oferecido pela empresa. Um dos motivos para ouvir Oliveira é o uso de *e-mails* do Hotmail nos perfis dos usuários do Orkut.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Cooperação com Índia e África do Sul

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) examina às 10h o memorando sobre cooperação agrícola entre Brasil, Índia e África do Sul. Também na pauta a Constituição e o Regulamento da União Postal das Américas, Espanha e Portugal.

LDO deve ser votada hoje pelo Congresso

Sessão solene do Congresso, às 11h, comemora os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Às 12h30, realiza-se sessão conjunta para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009. Às 14h, sessão deliberativa.

Presidente do Senado Federal

Garibaldi Alves, presidente do Senado Federal, participa às 11h da sessão solene do Congresso em homenagem ao ECA; às 12h30 preside sessão conjunta, no Plenário da Câmara; e às 16h preside a ordem do dia do Senado.

CRA debate melhoria da produção de caprinos e ovinos

A Comissão de Agricultura (CRA) discute às 9h, em audiência pública, a cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil. Um dos convidados é o

presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Francisco Edilson

Maia da Costa, que também preside a Comissão Nacional de Ovinos-Caprinocultura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A prisão de pessoas acusadas de corrupção, incluindo o ex-prefeito Celso Pitta e o banqueiro Daniel Dantas, repercute no Plenário



Para Dornelles, presidente do STF defendeu democracia

Foto de Geraldo Magela

Dornelles elogia posição de Gilmar Mendes

Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), as opiniões do presidente do STF, Gilmar Mendes, sobre atividades da Polícia Federal representam "o posicionamento daqueles que desejam a consolidação das liberdades individuais, isto é, do próprio regime democrático do país".

O ministro entende que algumas investigações da PF "têm caráter de retaliação e até de controle ideológico contra os juizes", que há um "quadro de intimidação" e que o Brasil está perto de ser um "Estado policial". O presidente do STF pediu uma nova lei que trate do abuso de autoridade, pois a atual, de 1965, estaria "totalmente defasada". Mendes reclamou ainda do vazamento indiscriminado de informações.



Órgão pode disciplinar atuação da PF, diz Agripino

Foto de José Cruz

Agripino quer que CNJ defina limites a prisões

Após o longo debate entre os senadores sobre a postura da Polícia Federal nas prisões da Operação Satiagraha, o senador José Agripino (DEM-RN) sugeriu que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) defina normas estritas para disciplinar a atuação da PF e também esclareça as normas do instituto da prisão temporária. O parlamentar propõe ao Senado solicitar ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que leve essa demanda ao CNJ.

– Dessa maneira, nós estamos fazendo nossa parte: legislando com a assessoria do órgão que criamos – afirmou Agripino, em referência ao conselho, instituído pela reforma do Judiciário, que foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Senadores apóiam ação da PF, mas criticam "espetáculo"

VÁRIOS SENADORES OCUPARAM a tribuna na tarde de ontem para apoiar a ação da Polícia Federal (PF) dos últimos dias, que levou à prisão pessoas acusadas de corrupção, inclusive o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, mas concordaram com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, que criticou a "espetacularização" das prisões, com a presença de televisão e a colocação de algemas até em mulher.

– Que prendam todos os corruptos e condenem a mil anos os ladrões do dinheiro público e os corruptos do "colarinho-branco". Agora, fazer show para exacerbar o poder de uma polícia de um Estado, não podemos aceitar. Show combinado não fortalece a democracia, não fortalece a responsabilidade de cada cidadão brasileiro com o ordenamento jurídico – frisou Tião Viana (PT-AC).

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que tem criticado nos últimos meses "os excessos" praticados pela Polícia Federal. Ele discordou, por exemplo, do policial que chegou no final da madrugada em uma residência e, de metralhadora na mão, ameaçou o vigilante para deixá-lo entrar "ou ele arrombava tudo".

O senador entende que a Polícia Federal, no entanto, "está devendo à sociedade" a prisão de Waldomiro Diniz, assessor da Casa Civil durante a gestão do ministro José Dirceu e acusado de receber propina de bingos. Jarbas Vasconcelos lembrou ainda o dossiê contra José Serra, então candidato ao governo paulista, fato investigado pela Polícia Federal, mas sem nenhum resultado, apesar de ter sido apreendida uma mala cheia de dinheiro e o presidente Lula ter chamado os envolvidos no dossiê de "aloprados".

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que houve uma filmagem na casa do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, ao amanhecer, "para fazer uma humilhação" – o senador fez questão de ressaltar que não conhece pessoalmente Pitta e nem tem simpatia política em relação a ele.

– Não podemos ficar calados quando existem atitudes e iniciativas policiais feitas à margem da lei, em que a dignidade do indivíduo não está sendo preservada – afirmou.

Pedro Simon (PMDB-RS) aplaudiu a PF e salientou que a sociedade "é revoltada" porque "só povão conhece a cadeia", enquanto "a elite não é atingida nunca". Ele ressaltou que não se costumam ouvir reclamações quando a polícia entra na favela e algema pessoas. Concordou, no entanto, que tem havido "excessos" da PF e apoiou Tião Viana no sentido de que "show não fortalece a democracia".

Para Sérgio Guerra (PSDB-PE), a Polícia Federal deve inves-

tigar os fatos, mas precisa ter provas suficientes para que a Justiça condene os acusados pois, sem isso, a polícia será desmoralizada. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que não está certo tentar passar à sociedade a ideia de que o governo "prende rico e pobre" usando a televisão para "fazer espetáculo, jogar poeira nos olhos das pessoas".

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiou a ação da PF, lembrando que ela desbaratou uma quadrilha em Coari (AM) que se apropriava de royalties do petróleo, que deveriam ficar com o governo do Amazonas. Também concordou com a crítica do ministro do STF à "espetacularização" das prisões. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reafirmou sua solidariedade ao presidente do STF, manifestada mais cedo em entrevista à imprensa.

Polêmica

Dirigindo-se ao colega Pedro Simon, Arthur Virgílio afirmou que os senadores que criticaram a "espetacularização" das recentes prisões efetuadas pela Polícia Federal não estão defendendo os "tubarões" que foram presos.

– Ninguém disse palavra simpática aos presos nessa operação. Eu, pessoalmente, tenho uma enorme antipatia por todos eles: Daniel Dantas [ex-banqueiro], Naji Nahas [investidor] e Celso Pitta [ex-prefeito de São Paulo]. Antipatia e desprezo – frisou Virgílio.

O líder do PSDB destacou que o fato de ele e outros senadores apoiarem as opiniões do ministro Gilmar Mendes de que foi exagerado o modo

como ocorreram as prisões não significa que esses parlamentares sejam contra as prisões em si, ou que estejam defendendo os "tubarões" presos.

– Não quero prisão arbitrária de ninguém e não estou defendendo "tubarão" nenhum. Vossa excelência é contra a violência sobre os pobres, eu também. Vossa excelência é a favor da prisão de bandidos ricos, eu também. Agora, eu sou contra prisão arbitrária de pobre e de rico – afirmou Virgílio.

De volta à tribuna, Pedro Simon explicou que também discorda do "espalhafato" na ação da Polícia Federal e que "os sete senadores que falaram nesse sentido estavam certos", assim como o presidente do Supremo.

– O que eu quero dizer é que, à margem dessa questão, temos que analisar uma outra. E essa outra é que hoje há o sentimento no Brasil de que este é o país da impunidade, é o país em que a Justiça existe para alguns, não existe para outros. A quem tem um bom advogado, não acontece nada. É isso que estou dizendo. Alguma coisa deve ser feita nesse sentido – esclareceu Pedro Simon.



Gravações da PF são criminosas, afirma Heráclito Fortes

Foto de Geraldo Magela

Heráclito: "Não tenho amizade com Dantas"

Dizendo-se cansado de ser taxado como amigo do banqueiro Daniel Dantas, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) esclareceu que não tem nenhuma relação com o banqueiro, mas uma amizade antiga com a sua irmã, Verônica Dantas, e o seu concunhado.

Para Heráclito, o motivo da operação da PF seria "a insatisfação e a mágoa" do ex-diretor-geral da PF Paulo Lacerda, por ter sido incluído entre detentores de contas em paraíso fiscal. O parlamentar ainda classificou como "criminosas e tendenciosas" as gravações telefônicas feitas pela polícia.

O senador também negou informação de que teria conta em paraíso fiscal e disse que renunciará ao mandato se alguém provar a acusação.

Supremo manda soltar banqueiro

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, concedeu na noite de ontem *habeas corpus* em favor do banqueiro Daniel Dantas.

Na decisão, o ministro considerou que não há fundamentos suficientes que justifiquem o decreto de prisão temporária de Dantas e sua irmã, Verônica, nem de outras nove pessoas beneficiadas pelo alvará de soltura. Ele alega ainda "ser desnecessário o encarceramento" para que haja interrogatório. E a preservação das provas referentes aos crimes dos quais são acusados, segundo Gilmar Mendes, não exige a manutenção da prisão.

O *habeas corpus* garante também o acesso ao inquérito instaurado pela Polícia Federal.

Juntamente com o investidor Naji Nahas e o ex-prefeito da capital paulista Celso Pitta, o grupo é acusado de crimes como corrupção, desvio de recursos públicos, fraude com ações, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. A origem do inquérito foram as investigações da CPI dos Correios sobre as denúncias do mensalão.



Pedro Simon



Arthur Virgílio



Tasso Jereissati



Jarbas Vasconcelos



Tião Viana



Sérgio Guerra



Mesquita Júnior



Garibaldi Alves

ACM Júnior marca os 30 anos do Pólo de Camaçari

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) comemorou os 30 anos do Pólo Industrial de Camaçari, que iniciou operação em 29 de junho de 1978. Para ele, o pólo, maior do Hemisfério Sul, mudou a economia da Bahia.

Nesse período, foram realizados investimentos acima de US\$ 12 bilhões, sem contar os investimentos públicos em infra-estrutura. Quase uma centena de empresas de petroquímica, celulose, têxtil, metalúrgica, alimentícia e de serviços estão instaladas no local, faturando US\$ 15 bilhões por ano. Foram criados 23 mil empregos diretos e 80 mil indiretos.

Mozarildo celebra 118º aniversário de Boa Vista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) celebrou o aniversário de 118 anos de Boa Vista. Fundada em 9 de julho de 1890, a capital de Roraima foi a primeira cidade planejada da região Norte. Ele disse que, hoje, Boa Vista é uma cidade com universidades e hospitais modernos. Mas reconheceu que há ainda problemas a serem resolvidos, como a falta de internet em alta velocidade, a banda larga.

O senador lamentou não poder participar da comemoração por estar hoje na comissão de senadores que visitará a Santa Casa de Belém, onde 262 bebês morreram este ano.

Rosalba: estrada que liga pólos de frutas é urgente

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que ficou "estarcida" com o arquivamento, pelo Ministério dos Transportes, do Projeto da Estrada do Cajueiro, que liga o Rio Grande do Norte ao Ceará. Ela explicou que a obra, para a qual já há recurso do Orçamento, é fundamental para os produtores de frutas do Vale do Jaguaribe (CE) e da Chapada do Apodi (RN) e para a implantação de uma fábrica de cimento pelo grupo Votorantim.

– É uma grande estrada, não em extensão, mas para o desenvolvimento regional – destacou.

Nove especialistas compõem o colegiado que apresentará anteprojeto de novo Código de Processo Penal. Garibaldi Alves pediu uma proposta em favor da paz e justiça social

Instalada a comissão de juristas para mudar o CPP

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, instalou ontem comissão de juristas para reformar o Código de Processo Penal. A medida, afirmou, é uma resposta à população brasileira, que, pressionada pela violência, clama por mudanças capazes de tornar a Justiça mais rápida. E é uma oportunidade valiosa, acrescentou, para o Legislativo fortalecer os laços com a sociedade.

De acordo com Garibaldi, "no cipoal de recursos e emaranhado de leis" do processo penal brasileiro, os resultados são freqüentemente a impunidade e a injustiça. O senador acredita que a modernização do código, por conferir unidade e sistematicidade ao texto, representará uma grande conquista, com reflexos positivos e imediatos

na promoção da paz e da justiça social.

O senador disse que, após definir seu plano de trabalho, a comissão de juristas acolherá sugestões da população e promoverá consultas públicas. Em sua opinião, isso condiz com a edição de uma lei moderna e eficaz, em consonância com o texto constitucional e capaz de atender às expectativas da sociedade brasileira, especialmente na área de segurança.

– A violência tem sido uma constante a atormentar as famílias brasileiras, apesar do esforço dos nossos magistrados em promover a aplicação da Justiça. O Estado brasileiro tem-se deparado com falhas na apuração dos delitos e entaves na tramitação dos processos. E as causas vão dos baixos níveis

educacionais à crise de valores, passando pela injustiça social e pela precariedade das condições econômicas.

Garibaldi explicou que, em vez das modificações pontuais que vêm sendo promovidas, a comissão fará ampla revisão estrutural, capaz de conceber um novo código. O presidente pediu à comissão uma lei mais adequada aos dias de hoje.

– É com imensa satisfação que dou as boas-vindas a esse grupo de notáveis estudiosos que concentrarão seus esforços na formulação do novo Código de Processo Penal. É com satisfação, igualmente, que registro a feliz iniciativa do eminente senador Renato Casagrande [PSB-ES], autor do requerimento que solicita a constituição dessa comissão de juristas.



Membros da comissão externa devem se reunir uma vez por mês e têm 180 dias para apresentar proposta

Casagrande defende eficiência na punição

É necessária a elaboração de um novo Código de Processo Penal porque o atual apresenta características de regimes totalitários e fascistas, afirmou o senador Renato Casagrande (PSB-ES) na instalação da comissão externa que vai elaborar um anteprojeto de novo código. Ele ressaltou que a Constituição é democrática e trouxe princípios que colidem com o texto (Decreto-Lei 3.689/41) em vigor.

Casagrande, autor do requerimento de criação do colegiado, disse que o momento de violência por que passa o país exige avanços na legislação para que haja eficácia quanto às punições.

O senador destacou que o novo texto deve reconhecer a legitimidade das demandas das instituições brasileiras, sem atender ao que ele chamou de "lógica corporativista".

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido foi eleito coordenador da comissão. Conforme disse, o atual sistema processual penal é incapaz de cumprir suas funções. A criminalidade, observou, está mais sofisticada, o que exige leis especiais e procedimentos específicos.

A comissão tem 180 dias para apresentar o anteprojeto. O grupo, que deve se reunir uma vez por mês, é composto por

nove especialistas, indicados pelo presidente e pelos líderes partidários da Casa: Hamilton Carvalhido; o juiz federal Antonio Corrêa; o professor da Universidade de São Paulo (USP) Antônio Magalhães Gomes Filho; o procurador regional da República Eugenio Pacelli; o consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira; o ex-secretário de Justiça do Amazonas Félix Valois Coelho Júnior; o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho; o delegado federal Sandro Torres Avelar; e o promotor de Justiça Tito de Souza Amaral.

Procuradores pedem mudança em Lei Orgânica

Membros do Conselho Nacional dos Procuradores Federais, acompanhados pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), pediram o apoio do presidente do Senado, Garibaldi Alves, para alterar a Lei Orgânica do Ministério Público (Lei 8.625/1993). Segundo Demostenes, o objetivo das mudanças é garantir procedimentos uniformes para os ministérios públicos estaduais em todo o país.

O senador informou que os procuradores não concordam com projetos no Congresso que restrinjam as atribuições do Ministério Público.

Expedito cobra atenção a servidor de ex-territórios

Expedito Júnior (PR-RO) cobrou o cumprimento de acordo dos partidos da base do governo para que, na próxima votação de medida provisória beneficiando os servidores do Distrito Federal, sejam incluídos também os servidores dos ex-territórios. No momento do apelo, o Senado votaria o Projeto de Lei de Conversão 17/08, originário da MP 426/08, que aumenta o valor da Vantagem Pecuniária Especial para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros do DF.

– Não foram incluídos os servidores dos ex-territórios, mais uma vez. De que adianta fazer acordo nesta Casa? – indagou.

Paim elogia proibição de álcool ao volante

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o deputado Hugo Leal (PSC-RJ), autor da emenda à Medida Provisória 415/08, que deu origem à lei que proíbe o consumo de álcool por motoristas. Para o senador, a norma colabora para a consolidação de novos hábitos culturais.

– Todos os dados que recebo em meu gabinete demonstram que o número de acidentes diminuiu. Está havendo no país uma nova cultura em relação ao álcool e volante, fundamental para salvar vidas. A proposta fortaleceu o próprio Congresso Nacional – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Eptácio Cafeteira • Romeu Tuma

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Ideli anuncia para dia 16 sanção do piso de professor

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), comunicou que o presidente Lula sancionará, no dia 16, a lei que institui o piso salarial nacional de professores.

Segundo Ideli, no mesmo dia o presidente sancionará a lei que cria 50 mil cargos de professores e de técnicos administrativos para 150 escolas técnicas que estão sendo construídas. "Lula quer inaugurar muitas delas no ano que vem, quando as escolas técnicas completam cem anos no Brasil", disse.

Ainda no dia 16, acrescentou, Lula deverá encaminhar ao Congresso o projeto de lei que transforma a rede de ensino técnico profissionalizante em um instituto federal de educação tecnológica. Na mesma solenidade, informou a senadora, ele assinará o projeto que cria a Universidade da Fronteira Sul, que abrange o oeste de Santa Catarina, parte do norte do Rio Grande do Sul e do sudeste do Paraná.



Foto de Geraldo Magela

Ideli diz que o Executivo apresentará novas propostas para a educação

Suplicy quer votar logo proposta sobre licitações

O restabelecimento da "inversão de fases" em proposta que modifica a Lei de Licitações foi defendido por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador também apelou por um acordo para permitir a votação do projeto (PLC 32/07), relatado por ele na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A inversão de fases foi uma sugestão de Suplicy – modificada por emenda de Francisco Dornelles (PP-RJ) na ocasião do exame da matéria na comissão – para permitir que, numa licitação, primeiramente fosse feita a abertura dos envelopes de propostas, conhecendo-se de imediato a empresa que apresentou a mais vantajosa para a administração.

Suplicy ainda anunciou o lançamento do Fundo Permanente de Renda Básica de Cidadania do Terceiro Setor, amanhã, em São Paulo. A Renda Básica será viabilizada, em projeto-piloto, para Parana-piacaba (SP).



Foto de Geraldo Magela

Suplicy pede o restabelecimento da "inversão de fases" no projeto



Jane Araújo



Jane Araújo

Cerimônia teve presença de pessoas com deficiência e de autoridades do Legislativo, Executivo e Judiciário, já que convenção terá poder de emenda constitucional

Entra em vigor convenção para pessoas com deficiência

Para o presidente do Senado, documento, elaborado com a participação de organizações de pessoas com deficiência em todo o mundo, está em harmonia com Constituição de 88

O PRIMEIRO TRATADO internacional com status constitucional da História do Brasil foi confirmado ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves: a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ela foi definida como um documento histórico por Garibaldi, que promulgou o decreto legislativo com a ratificação do texto.

A convenção propõe uma mudança de paradigma nas atitudes em relação às pessoas com deficiência. A idéia básica é que elas não sejam vistas como objetos de proteção social, e sim como cidadãos com direitos, capazes de exigí-los e de tomar

decisões como membros ativos da sociedade.

Garibaldi disse que a causa dos direitos humanos não admite exceção nem transigência. Ele afirmou que a convenção harmoniza-se com perfeição ao que estabelece a Constituição brasileira, que define a dignidade da pessoa e a cidadania como fundamentos da República Federativa do Brasil.

O senador assinalou que o censo nacional indica haver 14,5% de pessoas com algum tipo de limitação funcional, aproximadamente 25 milhões de pessoas. Com base em estudos, ele frisou que esse número é crescente, tanto pelo aumento da expectativa de vida, quanto pela vio-

lência urbana, especialmente no trânsito.

Presente ao evento, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, disse que não mais se reivindica a tolerância, mas a plena inclusão das pessoas com deficiência. Para ele, a legislação brasileira vem corroborando a tese de que as dificuldades especiais não podem ser estigmatizadas, mas resolvidas, numa parceria criativa entre o Estado e a sociedade.

Discursaram também na solenidade a secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Linamara Rizzo, e o ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vanucci.

Capacitação para o emprego será debatida

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) decidiu promover debate, em 4 de dezembro, sobre "capacitação para o trabalho e empregabilidade da pessoa com deficiência". A data foi escolhida por coincidir com a Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

O senador Flávio Arns (PT-PR) solicitou a realização de debate

sobre vagas no mercado de trabalho para esse grupo de pessoas.

– Empresas dizem que querem contratar pessoas com deficiência, mas não encontram profissionais com preparo. Formá-las é uma questão de responsabilidade social – afirmou.

A pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), a CDH também decidiu promover encontro para

discutir "cuidados paliativos", para estimular um movimento em prol de pessoas desengañadas pelos médicos, que, enfatizou, precisam de carinho na fase final de suas vidas.

Em outra audiência pública, a comissão vai debater a inclusão de livros didáticos com histórias de livros didáticos com histórias indígenas nos currículos escolares, como determina a lei.

Flexa Ribeiro: comissão vai viajar a Belém

A visita de uma "comissão suprapartidária" ao hospital da Santa Casa de Misericórdia de Belém, onde morreram 54 bebês no último mês, foi anunciada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Seis senadores chegam hoje à capital do Pará para ouvir mães, médicos, o ex e o atual presidente da instituição, o secretário de Saúde e a governadora Ana Júlia Carepa, entre outros.

Flexa Ribeiro criticou a "omissão e insensibilidade" de Ana Júlia, que, segundo ele, julgou a visita do grupo como "manobra eleitoreira".

O senador afirmou ainda que "outra tragédia anunciada" está prestes a ocorrer: o procurador da República Marco Manzoni alertou para problemas graves no Hospital de Marabá, também no Pará.



Geraldo Magela

Flexa Ribeiro

Geovani Borges: limitar anúncios não é censura?

Há no Congresso cerca de 300 projetos que propõem limites para a publicidade de bebidas, cigarros, remédios e alimentos, informou Geovani Borges (PMDB-AP). O senador questionou se eles não poderiam prejudicar indiretamente o regime democrático. Ponderou que a imprensa livre, fundamental na democracia, pode sair perdendo com a redução da quantidade de anúncios.

– É democrático estabelecer limites para as mensagens de publicidade? Ou seria uma espécie de censura? – indagou.

Geovani Borges também denunciou a "penúria" que os conselhos tutelares dos municípios enfrentam por falta de dinheiro, o que afeta seu trabalho em defesa de crianças e adolescentes.



Geraldo Magela

Geovani Borges

Neuto de Conto critica subsídios agrícolas

Os países ricos, na opinião de Neuto de Conto (PMDB-SC), têm culpa pela elevação mundial dos preços dos alimentos, por causa dos subsídios que concedem aos seus agricultores.

De acordo com o senador, tais incentivos mantiveram por décadas os preços dos alimentos em níveis baixos, desestimulando agricultores de países pobres e em desenvolvimento a aumentarem seus plantios.

– Há críticas ao álcool combustível, que estaria tomando o lugar das plantações de alimentos. Dizer isso, no caso brasileiro, é uma grande injustiça. A cana-de-açúcar ocupa apenas 2% das nossas terras – disse.

Verbas insuficientes para o Plano Safra

O aumento dos recursos do Plano Safra para este ano, de R\$ 70 bilhões para R\$ 78 bilhões, não é suficiente, segundo Osmar Dias (PDT-PR), para ampliar a área plantada e o nível de tecnologia empregado. Ele considerou esse aumento de 11,5% tímido frente aos observados nos custos de fertilizantes, de 83%.

O senador lamentou ainda o fato de o limite de empréstimo para cooperativas no Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), do BNDES (R\$ 35 milhões para cada cooperativa), não ter sido reajustado.

Mão Santa lamenta volta da inflação

A volta da inflação no país foi lamentada por Mão Santa (PMDB-PI). O senador lembrou que a inflação registrada no Brasil na década de 1980 e no início da década de 1990 era "um monstro que ninguém acreditava que pudesse ser vencido, mas acabou". Agora, vários produtos e serviços estão ficando mais caros, como a gasolina, o feijão, o pão, a energia elétrica, afirmou.

Mão Santa lamentou ainda o problema da violência no Brasil, que está cada vez mais presente no cotidiano da população. Ele disse que o governo federal beneficia mais os banqueiros que os aposentados.

Ações previstas em nova lei darão uma nova dinâmica e maior competitividade ao produto turístico nacional, diz Adelmir Santana, relator do projeto na CCJ



Integantes da Comissão de Constituição e Justiça acolheram também proposta sobre destinação de multas de trânsito

Lei Geral do Turismo passa no Plenário e volta à Câmara

O PROJETO DE lei que estabelece a Política Nacional de Turismo, de autoria do Executivo, foi aprovado ontem pelo Plenário. De manhã, a proposta havia recebido o voto favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLC 114/08), que institui a Lei Geral do Turismo, consolida a legislação sobre as atividades do setor e define as atribuições do governo no desenvolvimento e estímulo. Estão entre os objetivos da Política Nacional de Turismo a descentralização das rotas turísticas, a diversificação das linhas de financiamento direcionadas ao setor e a capacitação de recursos humanos para a área.

Em defesa da matéria, o relator na CCJ, Adelmir Santana

(DEM-DF), destacou a criação do Sistema Nacional de Turismo, previsto no texto, que será composto por representações de órgãos federais, estaduais e municipais.

– A articulação entre os diversos órgãos da administração pública deverá conferir nova dinâmica ao desenvolvimento do turismo em nosso país – frisou.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou que a proposta, que volta à Câmara dos Deputados, foi construída a partir de ampla discussão com os segmentos do setor turístico. Já Aloizio Marcadante (PT-SP) apontou a importância da atividade para a economia do país.

Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou a prioridade conferida ao setor pelo governo Lula. E

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou a necessidade de investimentos em infra-estrutura como condição para o avanço do turismo no país.

Também foi aprovado pela Plenário o projeto de lei sobre as agências de turismo. O texto (PLC 22/03) define as atividades privativas dessas empresas, entre elas a venda de passagens, passeios, viagens e excursões.

O projeto estabelece ainda como privativas das agências atividades de assessoramento, planejamento e organização de atividades associadas a viagens turísticas; organização de programas, serviços e itinerários de viagens individuais ou em grupo; e organização de programas e serviços relativos a viagens educacionais ou culturais.

Sindicalista considera fraude a venda da Varig à VarigLog

Em depoimento ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o presidente da Associação dos Pilotos da Varig, comandante Elnio Borges Malheiros, classificou de “fraude” a venda, em 2006, da companhia aérea Varig para a VarigLog (empresa de logística e transporte de cargas), controlada pelo fundo de investimentos norte-americano Matlin Patterson em parceria com três brasileiros – Marco Antonio Audi, Luiz Gallo e Marcos Haf-tel. Segundo o comandante, os brasileiros eram apenas testas-de-ferro do fundo, reunidos na Volo do Brasil. Ele disse que, atualmente, “ninguém sabe quem são os autênticos donos da Varig”.

O sindicalista, que também é representante da entidade Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), qualificou de “calote” o não-pagamento de direitos trabalhistas aos ex-funcionários da empresa. Ressaltou que, de um total de 10.500 empregados, apenas 850 foram aproveitados pela nova Varig – a VRG –, controlada pela Gol.

O comandante também estra-

nhou não ter havido, por parte do governo federal, apoio para que os funcionários da Varig, em conjunto com a Lan Chile, adquirissem a empresa, apesar das garantias do pagamento de dívidas trabalhistas e tributárias orçadas em R\$ 7 bilhões. A Justiça, lembrou, deu preferência ao grupo Matlin Patterson, que não honrou as dívidas. Elnio admitiu que os funcionários não chegaram a divulgar a parceria com a Lan Chile.

Instado pelo líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), o comandante classificou de “infelizes” as intervenções do governo nas negociações. Segundo Agripino, a Varig foi vendida para a VarigLog por US\$ 24 milhões. Oito meses depois, a Gol a adquiriu por US\$ 320 milhões.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside o colegiado, leu cartas de ex-servidores, aposentados, pensionistas e funcionários demitidos da Varig, os quais protestam contra o modo como foi feita a venda da empresa, sem levar em conta os interesses dos trabalhadores.



Ao lado de Marconi (D), Malheiros diz que ninguém sabe quem é dono da empresa

Defensoria pública no DF pode ter novo responsável

Também foi acolhida ontem pela Comissão de Justiça a proposta de emenda à Constituição que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do DF. O relator da matéria (PEC 07/08) – que segue para exame do Plenário – foi Demostenes Torres (DEM-GO).

Autor da PEC, Gim Argello (PTB-DF) explica que o Distrito Federal já vem assumindo essa responsabilidade desde 1987, quando da criação do Centro de Assistência Jurídica. O senador informou que o centro conta com 157 procuradores, que atuam como defensores públicos. Em 2007, ressaltou Gim, o órgão distrital foi responsável pelo atendimento a mais de 280 mil pessoas.

Colegiados com maior poder de convocação

Proposta que amplia as competências das comissões permanentes do Congresso também foi aprovada pela CCJ. De acordo com a PEC 3/03, esses colegiados passarão a ter poder para convocar qualquer servidor ou agente público para prestar informações. As normas atuais só autorizam a convocação de ministros e presidentes de órgãos públicos. O autor da proposta, que segue para o Plenário, é o senador Osmar Dias (PDT-PR).

A CCJ acolheu ainda o PLS 273/08, de José Maranhão (PMDB-PB), que assegura proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro de devedor de pensão alimentícia.

Rito sumário para indenizar vítimas de acidente aéreo

As ações judiciais prevendo indenização a vítimas ou parentes de vítimas de acidente aéreo poderão obedecer a rito sumário, conforme determina projeto acolhido ontem pela CCJ. A matéria (PLS 476/07), de Lúcia Vânia (PSDB-GO), também prevê a possibilidade de o autor ajuizar a ação de reparação no foro de seu domicílio.

A Comissão de Justiça decidiu adiar as decisões sobre o PLC 90/07, que regulamenta o processamento e a distribuição do gás natural; o PLC 119/06, que institui a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco); e o PLS 17/05, que determina que estados e municípios divulguem, pela internet, o nome dos beneficiários de programas de transferência de renda e os valores recebidos.

Multa de trânsito poderá financiar ações de resgate

As operações de resgate de vítimas de trânsito poderão ser incluídas entre as atividades autorizadas a receber recursos provenientes de multas de trânsito. É o que prevê projeto de Renato Casagrande (PSB-ES) aprovado em decisão terminativa, por unanimidade, na CCJ.

A medida (PLS 202/07), resalta o senador, contribuirá para melhorar a presteza e a eficiência do salvamento e resgate de acidentados. A relatora foi Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A CCJ aprovou ainda o projeto que possibilita aos portadores de deficiência auditiva o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em cursos e exames de habilitação para condução de veículos. A matéria (PLS 262/07), de autoria do senador licenciado Gilvam Borges, também foi acolhida em decisão terminativa.

CAS adia votação de projeto sobre bancário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) volta a examinar na próxima quarta-feira o projeto de lei da Câmara que revoga o artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que permite a demissão, por justa causa, do empregado bancário que for inadimplente em relação às suas dívidas pessoais. O PLC 46/08, que tem o voto favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem pedido de vista coletivo.

Em seu parecer, o senador Paulo Paim argumenta que a demissão por justa causa de bancários com dívidas pessoais inadimplentes representa uma agressão e demonstra preconceito em relação à categoria. A medida estaria também, disse, em desconformidade com os processos legais, já que, segundo ele, não se pode condenar uma pessoa por presunção de culpa ou dolo.

– Ainda por cima, é contraproducente para os credores do bancário em débito, uma vez que, mantendo seu emprego, será mais fácil superar dificuldades financeiras.

Garibaldi Alves defende apoio a empreendedor

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, manifestou ontem apoio ao projeto de lei complementar que faz ajustes na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Entre outras medidas, o projeto (PLP 02/07) cria a figura do microempreendedor individual, que permite que empresários com receita bruta anual de até R\$ 36 mil optem pelo Simples Nacional.

Garibaldi manifestou-se sobre a proposta ao participar, na tarde de ontem, da solenidade de posse do deputado Cláudio Vignatti (PT-SC) na presidência da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa. Vignatti recebeu o cargo do deputado licenciado José Pimentel (PT-CE), que em junho assumiu o Ministério da Previdência.

O projeto, uma das bandeiras da frente parlamentar, tramita em três comissões da Câmara: de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.